

European Energy Poverty: Agenda Co-Creation and Knowledge Innovation

Apelo à Ação

Maio de 2020

com contributos de:

Barbosa, R.; Barrella, R.; Bouzarovski, S.; Castaño-Rosa, R.; Chatzikonstantinou, E.; Cornelis, M.; Dereniowska, M.; Dobbins, A.; Dubois, U.; Gaydarova, E.; Grossmann, K.; Guyet, R.; Hanke, F.; Hesselman, M.; Horta, A.; Jiglau, G.; Katman, F.; Katsoulakos, N.; Martín-Consuegra, F.; Mattioli, G.; Mengolini, A.; Mohlakoana, N.; Robic, S.; Sagan, I.; Sareen, S.; Sinea, A.; Stojilovska, A.; Thomson, H.; Tirado Herrero, S.; Varo, A.; Vatavali, F.; Živčič, L.

A crise de COVID-19 vai aumentar a pobreza energética. É tempo de consagrar o direito à energia!

E se, quando o confinamento foi anunciado, não pudesse ligar a televisão para ter notícias, não pudesse telefonar à sua família ou manter-se quente de dia e de noite? E se, de cada vez que cozinhasse uma refeição quente, ou o seu filho tivesse que aceder remotamente às aulas da escola, tivesse de se preocupar com a conta da energia? E se, como consequência do abrandamento económico, perdesse o emprego?


A crise associada à COVID-19 está a gerar novos problemas em todo o mundo, independentemente do país, da região, do nível de desenvolvimento económico ou do contexto cultural e educativo das pessoas. Nós, um grupo de académicos e especialistas em pobreza energética, acreditamos que o surto de coronavírus mostra mais uma vez que a energia e os serviços energéticos são ingredientes essenciais para uma vida segura, saudável e decente. Por conseguinte, apelamos a um debate europeu informado sobre o direito à energia e aos serviços energéticos. Este debate deve ser acompanhado de ações científicas sólidas sobre como lidar com a situação atual, como preparar para as consequências e como promover a evolução para uma nova normalidade onde a pobreza energética seja minimizada, com o objetivo de consolidar um inovador Pacto de Solidariedade Energética.

Impactos imediatos da crise associada à COVID-19 nas famílias em pobreza energética na Europa

A pobreza energética, geralmente entendida como [a incapacidade de assegurar os níveis necessários de serviços energéticos em casa](#), significa viver numa casa impossível de arrefecer ou aquecer, devido a faturas energéticas excessivas, baixos rendimentos e baixa eficiência energética na habitação. As pessoas em pobreza energética são mais vulneráveis aos riscos de saúde, tais como [doenças respiratórias e mentais](#), o que as coloca especialmente em risco no contexto da crise atual. Enquanto os fatores que conduzem à pobreza energética se multiplicam (baixos rendimentos, faturas energéticas altas, fraca qualidade das habitações), a pandemia amplifica a necessidade de se compreender melhor a pobreza energética e reconhecer os que vivem em pobreza energética.

À medida que a crise de COVID-19 atingia o mundo inteiro, as suas consequências começaram rapidamente a revelar-se. A recessão, que está já em curso, desencadeada pelos confinamentos aprofundou de forma marcante as desigualdades pré-existentes. A insegurança no emprego é provavelmente a consequência mais visível da crise, para além dos números relativos aos cuidados de saúde. O [desemprego pode duplicar na Europa](#). Os trabalhadores precários dos sectores do retalho ou da hotelaria são as primeiras vítimas da paragem súbita da atividade económica. Existem evidências de que a pobreza energética contribui para as doenças psicológicas. Esta vulnerabilidade sobrepõe-se agora ao lay-off e os cidadãos que ficam em casa por um número indeterminado de semanas não só enfrentam rendimentos mais baixos como também angústia emocional e incerteza em relação ao futuro.

As nossas vidas estão a mudar profundamente. A crise associada à COVID-19 agrava as desigualdades de género, que por si só estão profundamente implicadas nas [causas e nas experiências de pobreza energética](#). Ficar em casa aumenta a necessidade de serviços energéticos



para cozinhar, usar aparelhos eletrônicos, ligar o aquecimento e o arrefecimento. Em alguns países, o consumo de eletricidade aumentará significativamente ([mais de 10 por cento](#)) para as famílias, conduzindo assim a faturas mais elevadas. Por outro lado, durante o confinamento, as características da habitação e da família importam ainda mais. O baixo nível de isolamento térmico e o fraco desempenho dos aparelhos ineficientes, a falta de acesso garantido a energia e a outros serviços essenciais e o aumento do consumo de energia afetam o orçamento das famílias. Por outro lado, as situações em que a habitação é desadequada, como em casos de sobrelotação, são ainda mais perceptíveis. Todas estas questões condicionam a qualidade de vida de forma transversal, em todas as áreas, realçando a vulnerabilidade energética e as desigualdades socio-espaciais.

A Ação COST [ENGAGER](#) está focada neste assunto e tem vindo a produzir extensivamente [publicações científicas](#) e [recomendações políticas](#) sobre as causas e as consequências da pobreza energética na Europa e não só, salientando a distribuição social e espacial de vulnerabilidades relevantes. No entanto, as situações anteriores de pobreza energética foram agravadas. Algumas pessoas são obrigadas a ficar no frio e no escuro, privadas de serviços energéticos ou mesmo água quente na torneira. A energia já foi cortada a algumas famílias que agora não conseguem repor o abastecimento, enquanto outras acumulam dívidas incomportáveis junto dos fornecedores de energia. Apesar das medidas de emergência tomadas em muitos países para congelar os preços da energia, proibir temporariamente os cortes de fornecimento de energia ou prestar apoio financeiro, muitas famílias são deixadas para trás. As minorias sub-representadas continuam fora das medidas de emergência. O distanciamento físico também significa mais dificuldade em procurar e receber ajuda, seja a partir de serviços formais de apoio social ou de familiares e amigos. Para além dos encargos financeiros, este contexto também coloca pressão adicional sobre a saúde física e mental, mesmo para aqueles que não são fisicamente afetados pelo coronavírus. A longo prazo, à medida que os rendimentos diminuem, as famílias irão ter mais dificuldade em pagar as suas rendas e hipotecas, e arriscam-se a ser despejadas.

Acreditamos que novos aspetos da pobreza energética possam surgir ao longo do tempo. É muito provável que mais pessoas venham a enfrentar situações de pobreza energética, sejam estas temporárias ou permanentes. Por exemplo, os trabalhadores por conta própria, as micro, pequenas e médias empresas (PME) poderão ter mais dificuldade em continuar a pagar as suas contas. As famílias poderão enfrentar novos dilemas e prioridades concorrentes (comida, aquecimento, transporte, telecomunicações). As famílias poderão não conseguir suportar os pagamentos adicionais e atrasados quando forem levantadas as proibições temporárias dos cortes de energia.

Um pacto de solidariedade para consagrar o direito à energia

A atual crise está a demonstrar o papel crucial da energia nas nossas vidas quotidianas. Sermos privados de energia significa sermos incapazes de participar na sociedade, quer na vida social, quer em atividades económicas e políticas. É inaceitável deixar mais pessoas às escuras. **Com a pandemia corremos o risco de minar a coesão social e a democracia** por causa da crescente desconfiança em relação a governos e decisores. É, portanto, crucial **desenvolver um pacto de solidariedade** para proteger as populações mais vulneráveis contra as crises atuais e futuras, enfrentar as crescentes desigualdades sociais e tornar centrais a sua saúde e bem-estar. Distribuir com justiça os custos da pandemia entre as famílias, o Estado e os agentes económicos inclui alargar a proteção social à população vulnerável. Pedimos um esforço adicional nas atividades de I&D para melhor investigar e entender o impacto destas crises mundiais nas populações vulneráveis e em pobreza energética.

Está na altura de considerar o direito à energia e aos serviços de energia para todos.

A curto prazo, **é urgente que os governos mantenham e até aumentem as medidas de apoio económico e social aos mais vulneráveis**. A solidariedade e segurança social, os serviços sociais e de energia devem continuar a funcionar da melhor maneira possível, inclusivamente de forma remota. São necessárias medidas flexíveis para manter o rendimento das pessoas que perderam o emprego ou estão em lay-off de modo a absorver o impacto da crise e preservar o poder de compra. As políticas tributárias devem ser adaptadas com este objetivo. Devem ser desenhadas políticas que identifiquem as famílias e as empresas que já não podem pagar os seus encargos devido à crise e que garantam um direcionamento adequado de tarifas sociais, subsídios e apoios financeiros. À medida que os consumidores se tornam mais vulneráveis, o acesso a apoios financeiros credíveis deve aumentar. Um fundo de pobreza energética, financiado por vários tipos de stakeholders, como empresas do sector da energia, poderia ser usado para aliviar as dívidas energéticas das famílias e para garantir que as famílias possam pagar suas despesas.

São necessários preços de energia acessíveis, não apenas para os consumidores vulneráveis. Devem ser introduzidos ou adaptados limites máximos de preços, congelamento de faturas ou alargamento de tarifas sociais de modo a permitir que as famílias vulneráveis satisfaçam as suas necessidades. Muitos agregados familiares em pobreza energética dependem de combustíveis alternativos e combustíveis pesados (como óleo para aquecimento) que não estão incluídos nas medidas de proteção, pelo que devem ser aplicadas regras específicas para reduzir os encargos com estes combustíveis durante a crise da COVID-19.

Pedimos a proibição dos cortes de energia. Os governos devem [proibir os cortes de energia](#) por um período prolongado, pelo menos até que os pagamentos possam ser liquidados, preferencialmente durante cinco anos, sendo impedida a acumulação de dívidas das famílias aos fornecedores de energia. Podem ser definidos níveis mínimos de consumo de energia de modo a garantir que as famílias satisfaçam as suas necessidades básicas, especialmente as que estão relacionadas com a crise da COVID, como limpeza, higiene e informação. Após este período, é necessária uma mudança geral na legislação que obrigue a que qualquer fornecedor de energia tenha de provar que os cortes não provocam dificuldades às famílias. Devem ser implementados mecanismos de gestão de dívida favoráveis ou mesmo cancelamentos de dívidas em cooperação entre o governo, os reguladores e as empresas fornecedoras de energia.

A qualidade da habitação é uma das questões mais prementes. Garantir a todos os cidadãos um lugar decente para morar deve ser uma prioridade no plano de recuperação da crise. A qualidade da habitação não diz apenas respeito à eficiência. No entanto, é urgente a necessidade de acelerar as obras de isolamento térmico dos edifícios, [mantendo a habitação a custos acessíveis](#) para as famílias. A [Renovation Wave](#) proposta pela União Europeia deve ser justa e inclusiva, de modo a garantir que até os mais pobres morem em casas eficientes. Devem também ter acesso a energia renovável e a aparelhos energeticamente eficientes a preços acessíveis. Deve ser exigida uma classificação energética mínima para todas as habitações, em particular as que estão no mercado de arrendamento (conforme proposto na Diretiva (UE) 218/844).

Um pacto de solidariedade contra a pobreza energética contribuirá para melhorar a resiliência ambiental e social das sociedades europeias, que devem considerar a energia como um serviço essencial e um bem comum, tal como a saúde, a educação e a habitação.